

JOGOS ON-LINE

Prisão na CPI das apostas

Segundo a relatora, depoente omitiu informações essenciais e prestou declarações contraditórias sobre a sua empresa

» ALICIA BERNARDES*

O empresário Daniel Pardim Tavares Lima foi preso em flagrante, ontem, durante depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Apostas Esportivas, em andamento no Senado. A prisão, pedida pela relatora do colegiado, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), e acatada pelos demais membros da CPI, foi por falso testemunho, após o empresário mentir em depoimento à comissão.

Durante o interrogatório, Pardim negou conhecer Adélia de Jesus Soares, apontada como sócia dele na empresa Peach Blossom River Technology. A companhia, segundo a relatora, é ligada à Payflow, empresa do ramo de pagamentos associada a sites de apostas on-line e investigada pela Polícia Civil do Distrito Federal por suspeitas de lavagem de dinheiro e movimentações financeiras irregulares.

A senadora afirmou que o empresário omitiu informações essenciais e prestou declarações contraditórias, o que levou à solicitação de prisão imediata. “Demos oportunidades para que corrigisse os relatos, mas persistiu na falsidade”, declarou a senadora. O presidente da CPI, senador Dr. Hiran (PP-RR), determinou que a Polícia Legislativa conduzisse o procedimento de autuação.

Soraya Thronicke, que está prestes a apresentar seu relatório final, já antecipou que o texto incluirá diagnósticos, possíveis indiciamentos e propostas para conter a ludopatia — o vício em apostas, que tem afetado a saúde mental de milhares de

Saulo Cruz/Agência Senado



Após apontar que Daniel Pardim Tavares Lima mentiu à CPI, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) pediu a prisão do empresário

brasileiros. Com o avanço das investigações, vieram à tona dados alarmantes: indícios de lavagem de dinheiro, evasão bilionária de impostos e a atuação de influenciadores digitais na promoção de plataformas ilegais.

Mercado desregulado

Com um faturamento que chega a centenas de bilhões de reais por ano, as apostas esportivas online se tornaram uma das grandes indústrias do entretenimento no Brasil. No entanto, a falta de regulação clara

e a ausência de controle efetivo das plataformas abrem espaço para a atuação de criminosos e grupos organizados, que operam nas sombras do setor. A CPI, em seus encontros, tem destacado os crimes ocultos que acompanham o fenômeno das bets, incluindo lavagem de dinheiro e manipulação de resultados.

O senador Izalci Lucas (PL-DF), membro da CPI, denuncia o tamanho do rombo causado pela falta de regulação no setor. Segundo ele, a ausência de mecanismos eficazes de controle permitiu que mais de R\$ 300 bilhões

fossem enviados ao exterior sem o pagamento de impostos. “Hoje, nós temos desvio de arrecadação que chega a R\$ 30 bilhões por mês. Absurdo. Foram mais de R\$ 300 bilhões que foram para o exterior sem pagar nada de imposto”, disse.

Outro dado revelado pela CPI é o uso do Bolsa Família para apostas on-line. Em 2023, aproximadamente 5 milhões de pessoas cadastradas no programa usaram seus recursos para fazer apostas, movimentando cerca de R\$ 3 bilhões, o que gerou um intenso debate sobre

a possibilidade de bloqueio do uso de benefícios para esse fim. “O cara deixa de comer para jogar”, denunciou Izalci. Como resposta, o governo anunciou que, a partir deste ano, os cartões do programa terão “limite zero” para transações com casas de apostas.

Influenciadores na mira

A atuação de influenciadores digitais que promovem bets também está no centro das preocupações da CPI. Izalci Lucas afirmou que, mesmo com a

resistência de alguns convocados, as investigações revelaram um padrão de promoção irresponsável e enganosa. “Tem inclusive simulador. Na hora de apertar, você ganha, mas é simulado. Não é real aquilo”, relatou.

“Esses influenciadores recebem milhões de reais para promover sites de apostas, muitas vezes sem alertar os seguidores sobre os riscos de ludopatia. Precisamos discutir essa prática e, se necessário, proibir esse tipo de publicidade”, comentou a senadora Thronicke.

Saúde pública

A ludopatia, considerada pela Organização Mundial da Saúde um transtorno mental, é uma das maiores preocupações da relatora Soraya Thronicke. O relatório final deve propor medidas inspiradas em legislações de outros países, como o uso de biometria facial para tornar o cadastro mais rigoroso e dificultar o acesso de menores de idade. “As bets não são apenas um jogo. Elas criam um ambiente onde a ludopatia se espalha, destruindo famílias e vidas”, afirmou a relatora da CPI.

Izalci defende que a legislação também inclua mecanismos de assistência aos viciados. “O sistema tem que ter. A saúde já não funciona, mas nós vamos apresentar também propostas com relação a isso. Tela de aviso não resolve nada”, afirmou. A CPI já ouviu especialistas sobre os impactos do vício e analisa modelos como o do Reino Unido, onde há restrições de horário para apostas.

*Estagiária, sob a supervisão de Edla Lula

Casa Azul
Felipe Augusto

35
CASA AZUL FELIPE AUGUSTO

Leão Amigo

da solidariedade

Transforme Vidas com seu Imposto de Renda!

No DF, você pode transformar vidas destinando parte do seu Imposto de Renda para instituições como a Casa Azul Felipe Augusto, por meio do Fundo da Criança e do Adolescente. Pessoas físicas podem doar até 3% na declaração anual, e empresas que declaram pelo lucro real, até 1%. Seu apoio combate a violência, a pobreza e o trabalho infantil, oferecendo dignidade e esperança a quem mais precisa. A Casa Azul, uma das 100 Melhores ONGs do Brasil, atua há 35 anos no DF promovendo mudanças reais. Faça parte dessa transformação.

Faça sua doação até 30 de maio de 2025

Ao preencher a ficha Doações Diretamente na Declaração do Imposto de Renda e pagar o DARF ou via depósito ou transferência para a conta do Fundo:

CNPJ 15.558.339/0001-85, Banco BRB (070)
Agência 100, Conta Corrente 100044149-8.

CHAVE PIX: CNPJ: 15.558.339/0001-85

Envie o comprovante de pagamento para o WhatsApp (61)99819-6160 e vincule sua doação aos projetos da Casa Azul.

Dúvidas? Estamos aqui para ajudar! Entre em contato com a Casa Azul para mais informações (61)99819-6160

Sua contribuição é o primeiro passo para um futuro mais justo. Conheça nosso trabalho e emocione-se com as histórias que estamos criando.

casazulfelipeaugusto.org.br

Escaneie o QR Code para saber mais

ENERGIA

Conta vai ficar R\$ 3,3 mais cara

» ROSANA HESSEL

Maurenilson Freire/CB/D.A Press

Enquanto a queda de mais de 15% no barril do petróleo no mercado internacional, nos últimos 30 dias — devido ao aumento das incertezas globais e aos riscos de uma desaceleração da economia mundial devido ao tarifaço dos Estados Unidos —, não se reflete nos postos de gasolina de fato, o consumidor brasileiro da classe média, que não é beneficiado pelas tarifas sociais da conta de luz do governo federal, vai ter que preparar o bolso a partir de maio com a mudança da bandeira tarifária.

Pelos cálculos do Instituto Acende Brasil, a incidência da bandeira amarela vai implicar aumento na fatura mensal de R\$ 3,30 para uma residência com consumo médio em torno de 160 kWh/mês, que corresponde a R\$ 155, sem o adicional na conta de luz, ou seja, a bandeira verde. Logo, isso representa aumento médio de 2,2% na tarifa.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que, em maio, haverá a incidência da bandeira tarifária amarela, o que representa um acréscimo de R\$ 1,89 para cada 100 kWh consumidos na conta de luz.

Impacto na inflação

De acordo com estimativas do Acende Brasil, essa mudança vai ter um impacto de 0,07 ponto percentual no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em março, o IPCA apresentou alta de 0,56%, na comparação com o mês anterior, e acumulou avanço de 5,48% em 12 meses, acima do teto da meta, de 4,50%.

A mudança da bandeira tarifária de verde para amarela indica que haverá a necessidade de acionamento de usinas termelétricas, de custo operacional mais elevado, para complementar o abastecimento do setor elétrico



Estimativa foi feita após Aneel anunciar a mudança de bandeira

diante da demanda projetada. O Instituto Acende Brasil destaca que as bandeiras tarifárias foram um avanço essencial na regulação do setor elétrico, implementado a partir de 2015 para refletir tempestivamente os custos de energia.

“A definição da bandeira tarifária não é feita arbitrariamente: ela segue uma metodologia

pré-definida que considera os recursos hidrelétricos disponíveis, o custo da energia (o PLD — Preço de Liquidação de Energia, definido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e eventuais gerações adicionais necessárias para a segurança energética do sistema”, explica a instituição, que prevê outra mudança de bandeira.

» Neoenergia tem lucro de R\$ 1 bi no 1º tri

A Neoenergia registrou lucro líquido atribuível aos acionistas controladores de R\$ 1 bilhão no primeiro trimestre deste ano, queda de 11% em relação ao mesmo período do ano passado. No trimestre, o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda, da sigla em inglês) ajustado alcançou R\$ 3,717 bilhões, elevação de 6% em relação ao apurado um ano antes. Entre janeiro e março, a receita líquida da empresa totalizou R\$ 11,425 bilhões, crescimento de 4% em base anual de comparação. A dívida líquida da Neoenergia alcançou R\$ 44,424 bilhões no final de março, alta de 3% em comparação com o primeiro trimestre de 2024.